



BRUNO OLIVEIRA
Direito Eleitoral

Prof. Bruno Oliveira

www.facebook.com/concursoseleitorais

contato@eleitoralcombruno.com.br

WhatsApp: (34) 99216-1829

Site: www.eleitoralcombruno.com.br

Preparei com muito carinho esse Simulado de Direito Eleitoral contemplando 15 questões inéditas de acordo com o Edital TRE/SP. A prova está chegando, dia 12/02 está bem próximo. Espero que esse Simulado possa ajudá-lo na aprovação.

O gabarito será disponibilizado no Site www.eleitoralcombruno.com.br no dia 01/02/2017, assim como o link para possíveis recursos.

Simulado Final

DIREITO ELEITORAL

TRE-SÃO PAULO



TRE-SP

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

Questão 1

Sobre a composição e competência dos órgãos da Justiça Eleitoral, assinale a alternativa incorreta:

- a) A composição de todas as quatro espécies de órgãos colegiados com jurisdição eleitoral é híbrida.
- b) Os tribunais eleitorais não podem subdividir-se em câmaras ou turmas, diante da ausência da permissão constitucional.
- c) O princípio da periodicidade da investidura da função eleitoral não é usado quando, na primeira instância, a comarca é de vara única e, portanto, só existe um juiz e um promotor eleitoral.
- d) Os promotores eleitorais officiarão perante os juízes e juntas eleitorais.
- e) As decisões dos Tribunais Regionais sobre quaisquer ações que importem cassação de registro, anulação geral de eleições ou perda de diplomas somente poderão ser tomadas com a presença de todos os seus membros.

Questão 2

Como órgão da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral possui competências e organização previstas no Código Eleitoral. Sobre elas, assinale a alternativa correta:

- a) O Tribunal Superior Eleitoral possui, no mínimo, sete membros, sendo cinco deles pertencentes às maiores cortes judiciais desse país.
- b) Na composição do TSE solidifica-se o princípio da diversidade na composição de seus órgãos monocráticos.
- c) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e Vice-Presidente dentro os ministros do STF, por eleição que ocorrerá no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- d) O Ministério Público é representado junto ao TRE pelo procurador-geral da República.
- e) A indicação de advogados para o TSE é feita pelo Tribunal de Justiça, após aprovação do Supremo Tribunal Federal.

Questão 3

Assinale a alternativa que corresponda exatamente às competências dos órgãos da Justiça Eleitoral:

- I. Impugnações à apuração do resultado geral das eleições.
 - II. Requisitar força federal necessária ao cumprimento da lei.
 - III. Julgar os recursos interpostos dos atos e das decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais.
 - IV. Dividir a zona em seções eleitorais.
- a) Tribunal Superior Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral – Tribunais Regionais Eleitorais – Juízes Eleitorais
 - b) Tribunal Superior Eleitoral – Tribunais Regionais Eleitorais – Tribunais Regionais Eleitorais – Juízes Eleitorais
 - c) Tribunais Regionais Eleitorais – Tribunal Superior Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral – Juízes Eleitorais
 - d) Juntas Eleitorais – Tribunal Superior Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral – Juntas Eleitorais
 - e) Tribunal Superior Eleitoral – Juntas Eleitorais – Tribunais Regionais Eleitorais – Juízes Eleitorais

Questão 4

Devido ao princípio da liberdade partidária, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana. Embasando-se na Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9096/1995), assinale a alternativa correta a respeito do processo de criação de um partido:

- a) O partido político, antes de adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) Pode ser admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove, no período de dois anos, o apoio de eleitores não filiados a partido político, além de outras hipóteses, como aquele diretório estadual que comprove ter prestado contas à Justiça Eleitoral.
- c) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
- d) Só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário, ter acesso

gratuito ao rádio e à televisão, e à propaganda partidária, nos termos fixados nesta Lei.

- e) Somente a aquisição da personalidade jurídica assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão

Questão 5

Um dos requisitos de elegibilidade, ou seja, para o exercício da capacidade eleitoral passiva, é a fidelidade partidária, pois em nosso Brasil não se admite a candidatura avulsa, dessa forma, julgue as alternativas, assinalando a assertiva incorreta:

- a) Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.
- b) Os órgãos de direção nacional, estadual e municipal dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral.
- c) É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores.
- d) Na segunda semana dos meses de abril e outubro de cada ano, o partido, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá remeter, aos juízes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos.
- e) Exige-se seis meses que o eleitor esteja filiado a partido político para concorrer às eleições.

Questão 6

Conforme a Lei dos Partidos Políticos, assinale a alternativa correta:

- a) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação verbal ou escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.
- b) Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais antiga, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais.
- c) Não perderá o mandato, o detentor de cargo eletivo que se desfiliar pela hipótese de mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o

prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente.

- d) Decorridos cinco dias data da entrega da comunicação ao órgão de direção municipal e ao juiz eleitoral, o vínculo torna-se extinto.
- e) O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de setenta e duas horas da decisão.

Questão 7

Sobre a fusão e a incorporação de partidos políticos, marque a alternativa incorreta:

- a) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que hajam obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, 5 (cinco) anos.
- b) Fica cancelado, junto ao Ofício Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral, o registro do partido que, na forma de seu estatuto, se dissolva, se incorpore ou venha a se fundir a outro.
- c) Havendo fusão ou incorporação, devem ser somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- d) Na hipótese de incorporação, a existência legal do novo partido tem início com o registro, no Tribunal Superior Eleitoral, do estatuto e do programa, cujo requerimento deve ser acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.
- e) No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.

Questão 8

A respeito da propaganda partidária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas.

- b) A propaganda partidária, no rádio e na televisão, fica restrita aos horários gratuitos disciplinados nesta Lei, com proibição de propaganda paga.
- c) As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, e em inserções de trinta segundos e um minuto, no intervalo da programação normal das emissoras.
- d) Os partidos com pelo menos um representante em qualquer das Casas do Congresso Nacional têm assegurados o direito à propaganda partidária.
- e) O material de áudio e vídeo com os programas em bloco ou as inserções será entregue às emissoras com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da transmissão, podendo as inserções de rádio ser enviadas por meio de correspondência eletrônica.

Questão 9

Segundo a Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) que disciplina sobre as coligações, julgue as assertivas:

- a) É obrigatório aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário.
- b) A coligação terá denominação própria, que poderá ser a junção de todas as siglas dos partidos que a integram, sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários.
- c) Na propaganda para eleição proporcional, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram; na propaganda para eleição majoritária, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.
- d) A coligação será representada perante a Justiça Eleitoral por delegados indicados pelos partidos que a compõem, podendo nomear até 5 (cinco) delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral.
- e) A responsabilidade pelo pagamento de multas decorrentes de propaganda eleitoral é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, alcançando outros partidos mesmo quando integrantes de uma mesma coligação.

Questão 10

A Lei das Eleições (Lei nº 9504/1997) prevê normas para o registro de candidatura, tais como:

- a) Cada partido ou coligação poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- b) Nos Municípios de até duzentos mil eleitores, nos quais cada partido poderá registrar candidatos no total de até 200% (duzentos por cento) do número de lugares a preencher.
- c) No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até trinta dias antes do pleito.
- d) Os partidos e coligações solicitarão à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos até as dezenove horas e trinta minutos do dia 15 de agosto do ano em que se realizarem as eleições.
- e) A idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, inclusive quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro.

Questão 11

Os Tribunais Regionais Eleitorais enviarão ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem no prazo de:

- a) Até 20 dias antes das eleições.
- b) Até 15 dias antes das eleições.
- c) Até 60 dias antes das eleições.
- d) Até 45 dias antes das eleições.
- e) Até 90 dias antes das eleições.

Questão 12

As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma da Lei dos Partidos Políticos. A respeito disso, julgue as assertivas, assinalando a alternativa correta:

- a) Os limites de gastos de campanha, em cada eleição, são os definidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- b) O descumprimento dos limites de gastos fixados para cada campanha acarretará o pagamento de multa em valor equivalente a 20% (vinte por cento) da quantia que ultrapassar o limite estabelecido, sem prejuízo da apuração da ocorrência de abuso do poder econômico. (100%)
- c) O candidato a cargo eletivo fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha usando recursos repassados pelo partido, exceto os relativos à cota do Fundo Partidário, recursos próprios ou doações de pessoas físicas.
- d) É facultativo para o partido e para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha, exceto o encerramento da conta no final da eleição.
- e) Após o recebimento do pedido de registro da candidatura, a Justiça Eleitoral deverá fornecer em até 5 (cinco) dias úteis, o número de registro de CNPJ.

Questão 13

Segundo as disposições penais previstas no Código Eleitoral, assinale a alternativa incorreta:

- a) Sempre que o Código Eleitoral não indicar o grau mínimo, entende-se que será ele de quinze dias para a pena de reclusão e de um ano para a de detenção.
- b) Quando a lei determina a agravação ou atenuação da pena sem mencionar o "quantum", deve o juiz fixá-lo entre um quinto e um terço, guardados os limites da pena cominada ao crime.
- c) A pena de multa consiste no pagamento ao Tesouro Nacional, de uma soma de dinheiro, que é fixada em dias-multa. Seu montante é, no mínimo, 1 (um) dia-multa e, no máximo, 300 (trezentos) dias-multa.
- d) Reter título eleitoral contra a vontade do eleitor é crime passível de pena de detenção até dois meses ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

e) A multa pode ser aumentada até o triplo.

Questão 14

Sobre as infrações penais, julgue:

- a) As infrações penais são de ação pública condicionada.
- b) Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
- c) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da comunicação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa da comunicação ao Procurador Regional, e este oferecerá a denúncia, designará outro Promotor para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.
- d) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal representará contra ele o promotor eleitoral, sem prejuízo da apuração da responsabilidade penal.
- e) Qualquer eleitor poderá provocar a representação contra o órgão do Ministério Público se o juiz, no prazo de 05 (cinco) dias, não agir de ofício.

Questão 15

Sobre os recursos eleitorais previstos no Código Eleitoral, julgue as assertivas a seguir:

- I. Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo, exceto o recurso ordinário interposto contra decisão proferida por juiz eleitoral ou por Tribunal Regional Eleitoral que resulte em cassação de registro, afastamento do titular ou perda de mandato eletivo.
 - II. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.
 - III. Para os Tribunais Regionais e para o Tribunal Superior caberá, dentro de 3 (três) dias, recurso dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.
 - IV. Denegado o recurso especial, o recorrente poderá interpor, dentro em 3 (três) dias, agravo de instrumento.
- a) Somente II está correta.
 - b) Somente I e III estão corretas.
 - c) Todas estão corretas.

- d) II e III estão incorretas.
- e) I, III e IV estão incorretas.

Prof. Bruno Oliveira - Direito Eleitoral